

Autoridades atentas a gasóleo importado de Espanha

IMPOSTOS Valor das perdas para o Estado já deve chegar aos 265 milhões de euros, segundo dados avançados pelo presidente da ENMC

"A importação terrestre de combustíveis tem sido objeto de um especial acompanhamento por parte da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), em articulação com a GNR e com a Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis (ENMC)", garantem as Finanças, em reação à notícia publicada ontem pelo DN e JN sobre suspeitas de fraude fiscal na importação de gasóleo proveniente de Espanha.

"No quadro de investigações realizadas nesta matéria, verificou-se que alguns operadores importavam combustíveis de Espanha, depois comercializados em Portugal, com um nível de incorporação de biocombustíveis inferior ao previsto na legislação nacional, mas tendo sido em geral assegurado o pagamento dos impostos respetivos (ISP e IVA)", acrescenta fonte oficial do ministério. As Finanças afirmam que os infratores detetados têm pago "em geral" os impostos devidos em Portugal. "A AT continuará a assegurar em matéria tributária a fiscalização do setor, para além da monitorização e fiscalização que a ENMC tem assegurado no quadro das suas atribuições."

As suspeitas de fraude fiscal, ao nível de IVA e do imposto sobre os produtos petrolíferos (ISP), foram suscitadas num documento interno da Associação Portuguesa de Empresas Petrolíferas (Apetro) de 2017. A estimativa de prejuízo para o Estado por parte dos importadores que não pagam qualquer imposto é de 200 milhões nos últimos quatro a cinco anos.

Outro problema levantado pelo documento e em várias publicações da Apetro prende-se com a não incorporação de biocombustível ao nível do que é exigido na lei: 7,5% do teor energético. Como avançou o DN/Dinheiro Vivo a 29 de janeiro, há cinco empresas importadoras de biocombustível que não incorporaram nem pagaram compensações financeiras ao Estado. Filipe Meirinho, presidente da ENMC, atualizou o valor em falta para os 65 milhões de euros de perda. Os casos conhecidos e controlados pela ENMC estão em tribunal. Tudo somado — perdas para o Estado por via da alegada fraude fiscal e do biocombustível — já vai em 265 milhões de euros.

PEDRO ARAÚJO